

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Tribunal do Júri faz mutirão de julgamentos

Lucio Flávio Cruz

Reportagem Local

Londrina - O Tribunal do Júri de Londrina iniciou ontem um mutirão de julgamentos para atender a meta estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de zerar todos os processos que deveriam ter sido finalizados em 2010. No primeiro dia, três casos foram concluídos e outros dez conhecerão seus veredictos até sexta-feira.

De acordo com a juíza da 1ª Vara Criminal, Elisabeth Khater, outros cinco juízes e vários promotores estão trabalhando em escala para que o mutirão possa ser realizado. "A demora em concluir estes processos era que em muitos casos os réus se encontravam em lugar incerto e não sabido e agora foram localizados e notificados, permitindo assim a audiência", relatou.

Os três julgamentos de ontem foram de réus que se encontravam em liberdade e eram acusados de homicídios qualificados.

Celso Mondek de Barros foi condenado a 13 anos de prisão por ter matado com 14 facadas Obetias Moreira da Cruz, em 2009, no distrito de Guaravera (zona sul de Londrina). Réu e vítima eram vizinhos e discutiram antes

do crime. "A vítima estava com uma faca e o réu conseguiu lhe subtrair a arma e esfaqueou o Obetias. A denúncia era por homicídio duplamente qualificado, mas o réu foi condenado apenas pela qualificadora meio cruel", explicou Elisabeth Khater. O réu vai recorrer da sentença em liberdade.

O segundo julgamento do dia condenou Leandro Raimundo de Souza a 14 anos e dois meses de reclusão pela morte de Carlos Vasquez Pereira. A vítima foi morta com quatro tiros dentro de uma boate na Avenida Saul Elkind, na zona norte de Londrina, em 10 de março de 2002.

Já a ré Neide Maria de Abreu foi absolvida por insuficiência de provas por ter atado fogo ao corpo do ex-companheiro Erivaldo Pereira. Neide já havia sido absolvida no primeiro julgamento, mas o Ministério Público recorreu da decisão e o caso foi para o Tribunal do Júri, que manteve a absolvição. O crime aconteceu no dia 24 de novembro de 2002 dentro da residência do casal, no Jardim Imagawa (zona norte).

O mutirão do Tribunal do Júri de Londrina vai julgar mais dois casos nesta terça-feira.

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA MP aponta 62 envolvidos em esquema na Receita

Entre os acusados estão 15 auditores, mais de 10% do quadro regional composto hoje de 135 fiscais

Edson Ferreira
Reportagem Local

O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou 62 pessoas à Justiça de Londrina por envolvimento no escândalo de corrupção na delegacia da Receita Estadual. O caso é investigado na Operação Publicanos, deflagrada em março. Entre os acusados estão 15 auditores fiscais, ou seja, mais de 10% do quadro regional – atualmente com 135 auditores – que atende 63 municípios.

Um dos líderes da suposta organização criminosa seria o ex-inspetor estadual da Receita Márcio Albuquerque de Lima, foragido. Ele foi exonerado do cargo dias antes da deflagração da operação pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A esposa dele, Ana Paula Pelizari Marques Lima, também auditora, está entre os denunciados. Dois ex-delegados da delegacia regional de Londrina, Dalton Lázaro Soares e José Luiz Favoreto Pereira, teriam participação no esquema. A investigação alcan-

çou ainda contadores, empresários, servidor da Receita, um policial civil e “laranjas”, pessoas que emprestavam nome e documentos para fraudes.

Até ontem à tarde, o judiciário ainda não havia levantado o sigilo da denúncia – ocorre quando é iniciada a ação penal – e por isso os detalhes dos mais de 70 atos criminosos relacionados pelos promotores não foram revelados. Os crimes apurados são corrupção ativa e passiva, formação de organização criminosa, falso testemunho, falsidade ideológica, violação do sigilo funcional e lavagem de dinheiro. De acordo com o promotor Cláudio Esteves, coordenador do Gaeco, serão realizadas diligências complementares para apurar mais de uma dezena de indícios de outras irregularidades.

O ESQUEMA

O promotor explicou que os auditores mantinham divisão de tarefas dentro da organização criminosa. Havia aqueles que ficavam responsáveis pela abordagem de

empresários, exigindo o pagamento de propina e, se a exigência não fosse atendida, multas milionárias eram emitidas. Em um dos casos, o empresário foi autuado em R\$ 4 milhões, “represália por não ter feito o acordo”, constata o promotor. Tanto que depois, em defesa administrativa junto à Receita Estadual, o contribuinte conseguiu baixar a multa para R\$ 70 mil.

Esteves afirmou que será essencial o trabalho conjunto com a delegacia regional da Receita para definição de valores sonegados em impostos, em prejuízo ao caixa do Estado. A atuação criminosa do grupo estaria ocorrendo há mais de cinco anos. “Os valores ainda não estão definidos e isso vai ser apurado a partir de agora, pois abrange uma enormidade de estabelecimentos.” Empresas de fachada também eram utilizadas para dissimular propinas.

CONTINUA

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para o Gaeco, existem indicativos de que a atuação irregular dos auditores fiscais tenha ocorrido também em outras cidades do núcleo de atuação da delegacia sediada em Londrina. A reportagem não conseguiu contato com os advogados dos acusados.

MUDANÇAS NA RECEITA

O delegado da Receita Estadual de Londrina, Marcelo Muller Melle, afirmou que a corregedoria do órgão poderá utilizar dados da denúncia para eventuais procedimentos contra auditores. Com 10% do quadro de auditores envolvido na Operação Publicanos, Melle disse que está em andamento um processo de "reestruturação interna" na delegacia, para evitar "contatos prolongados entre fiscais e contribuintes".

Segundo ele, o objetivo é criar a autorregulação. "O contribuinte é informado via e-mail e terá a oportunidade de regularizar a situação. O fisco é deslocado em casos de maior porte." Melle negou que empresários tenham procurado a Receita para denunciar a atuação irregular de auditores, desde que a Operação Publicanos foi deflagrada.

CONTINUA

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Policial preso queria integrar Gaeco

Loriane Comeli
Reportagem Local

O policial civil André Luís Santelli, preso desde 20 de março pelo Gaeco, por envolvimento na superorganização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina, tentou fazer parte do seleto grupo de promotores, policiais civis e militares, em 2013. O objetivo de Santelli, já naquela época, era repassar informações sigilosas do grupo à organização criminosa de fiscais da Receita.

Em agosto de 2013, a Secretaria Estadual de Segurança Pública – quando Cid Vasques ainda era o titular da pasta – determinou, por meio de resolução, o rodízio de policiais civis e militares. Periodicamente, os agentes cedidos pelas duas corporações seriam substituídos, alterando o sistema até então existente em que o próprio Ministério Público (MP) selecionava os integrantes do Gaeco. Como os promotores resistiram à mudança, em janeiro de 2014 o governo cedeu. Assim, Santelli, que havia se apresentando para integrar o Gaeco, foi recusado.

Em junho de 2014, o policial – corrompido por agentes da Receita – procurou um

agente do Gaeco e ofereceu-lhe pagamento mensal para obter informações sigilosas para auditores fiscais. O agente recusou a oferta e informou à coordenação do grupo que havia sido procurado com a proposta de suborno. Os promotores obtiveram, então, autorização judicial para que o agente trabalhasse infiltrado. A medida foi deferida em junho de 2014 e perdurou até o mês passado, quando foi decretada a prisão de 21 envolvidos na Publicanos.

Ao longo de quase nove meses, Santelli telefonou várias vezes ao agente infiltrado e encontrou-se pessoalmente com ele pelo menos cinco vezes, repassando cerca de R\$ 4,5 mil, dinheiro que obtinha de auditores e depositado em conta judicial aberta pelo Gaeco para este fim. Os pagamentos eram mensais ou por informação “sigilosa”. Santelli também recebia dos auditores toda vez que obtinha uma nova informação sobre as investigações do Gaeco. O primeiro “pagamento” ao agente infiltrado foi levado por Santelli dentro de um livro com nome sugestivo: “Leis Penais Especiais Anotadas”. Os encontros e as ligações telefônicas foram gravadas.

“NINGUEM É BANDIDO”

Em um dos diálogos entre o agente infiltrado e Santelli, o primeiro diz estar preocupado pois poderia ser delatado. O policial o tranquiliza: “Você não está lidando com bandido. Lá o nível é alto”. As escutas também revelaram que o “contato” de Santelli na Receita era o auditor Marco Antonio Bueno, mas vários sabiam e concordavam com o esquema de propina ao policial do Gaeco, como Luiz Antonio de Souza e Dalton Lázaro Soares. Este último era o então delegado-chefe, que chegou a ser fotografado observando, na rua, se, de fato, a informação de que havia investigadores nas proximidades da Receita, repassada pelo agente infiltrado, era verdadeira.

Santelli, que já trabalhou na Receita de Londrina por mais de 20 anos, estava lotado no 4º Distrito Policial em junho de 2014, quando foi transferido para a Delegacia de Ibiporã, onde foi preso em 20 de março. Hoje está preso em um setor da Corregedoria-Geral da Polícia Civil, em Curitiba. O irmão do policial civil, Paulo Henrique Santelli, que é técnico da Receita, não foi preso, mas responderá ao processo por ser apontado como um dos integrantes da quadrilha.

CONTINUA

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Organização pagou R\$ 16 mil a policiais rodoviários

Alguns dos denunciados fazem parte do chamado "núcleo dos combustíveis", que pagou propina de R\$ 16 mil a policiais rodoviários do posto de Iguaraçu, que fica na PR-317 e pertence à 4ª Companhia da Polícia Rodoviária, com sede em Maringá (Noroeste). Os policiais, que não tiveram os nomes revelados, apreenderam um caminhão que transportava combustível possivelmente adulterado e sem o recolhimento devido de ICMS. O fato ocorreu em 31 de dezembro de 2014, quando os policiais exigiram R\$ 10 mil do motorista, Bruno Enko Andreatta, funcionário da Shark, transportadora que pertence a Rafael Bernard Gineste. A carga havia saído da Big Petro, distribuidora de combustíveis de Londrina que, de fato, é de Paulo Midauar, mas tem como "laranja" Stefan Ruthschilling. Midauar já é réu na denúncia de fraude na contratação emergencial da Providence e tem pelo menos outras duas empresas gerenciadas por "laranjas".

Enquanto os policiais exigiam propina para liberar a carga, os telefonemas entre os integrantes da organização criminosa eram monitorados pelo Gaeco. A primeira ligação foi feita às 1h20 por Gineste a Ednardo Paduan, gerente da Big

Petro, e a última, perto das 17 horas, quando o caminhão e o motorista haviam sido liberados, após o pagamento da propina. Parte do dinheiro – R\$ 6 mil – foi levada aos policiais por Antonio Belini Filho, a pedido do grupo. Ele também havia sido incumbido de negociar um desconto, mas os Pms não aceitaram. Mais tarde, outra pessoa contatada pelo grupo, Roberto Della Torre, levou os R\$ 10 mil, deixando os policiais rodoviários em vantagem. "Desta forma, os policiais solicitaram R\$ 10 mil de propina, mas a organização criminosa lhe repassou, por conta do desentendimento de informações, o valor de R\$ 16 mil", informa o inquérito.

Na cota da denúncia oferecida ontem, os promotores requerem providências à Polícia Militar Rodoviária acerca dos policiais corruptos de Iguaraçu. Todos os demais envolvidos no chamado "núcleo do combustível" foram denunciados. (L.C.)

14 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça impede construções perto da Mata dos Godoy

Liminar não mexe com as casas, condomínios e atividades de baixo impacto já instaladas na região

Luis Fernando Wiltenburg
Reportagem Local

Município fará levantamento das atividades exercidas na região

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, proibiu a prefeitura de liberar novos empreendimentos em uma área de 66 quilômetros quadrados na zona sul da cidade, onde o perímetro urbano avançou sobre a zona de amortecimento do Parque Mata dos Godoy. A liminar atende pedido da ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE) com base em estudo da Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) que indica o avanço irregular.

O descumprimento da decisão acarreta em multa diária de R\$ 5 mil ao prefeito Alexandre Kireeff (PSD). A liminar não mexe com as casas, condomínios e atividades de baixo impacto já instaladas.

A Lei do Perímetro Urbano, de 2012, transforma partes da zona de amortecimento em área urbana e a Lei de Zoneamento, aprovada no fim do ano passado, demarca como áreas industriais, comerciais e residenciais.

A zona de amortecimento é uma faixa de proteção que varia de 8 quilômetros (km) a 20 km de distância dos limites do parque, demarcada em 2002 pelo órgão gestor – no caso, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Nesta região, rural, só podem ser implementados empreendimentos com controle estrito do gestor. A Mata dos Godoy representa 1% do remanescente da Mata Atlântica predominante no Paraná. A zona de amortecimento impede que atividades degradantes ao meio ambiente se aproximem dessas áreas de preservação.

Segundo o gestor ambiental da ONG MAE, Gustavo Góes, durante a discussão da Lei de Zoneamento, no ano passado, a entidade tentou alertar Executivo e Legislativo sobre o avanço irregular da zona urbana, com ofícios enviados à Se-

cretaria Municipal do Meio Ambiente, ao Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) e à comissão que avaliou o projeto de lei, mas não obtiveram retorno. “Também apresentamos emenda para que aquela área não fosse alterada, mas não foi aprovada”, disse.

O procurador-geral do município, Paulo César Valle, afirmou que a administração municipal já iniciou o levantamento de todas as atividades exercidas na região,

que deve ser entregue à Justiça em até 60 dias. Sobre a ação, afirmou que vai analisar antes se toda a região apresentada como zona de amortecimento realmente se enquadra nesta descrição antes de buscar soluções. Valle disse desconhecer os avisos da ONG sobre o avanço ilegal da zona urbana naquela área. “Além dos ofícios, há membros da prefeitura no Conselho Municipal do Meio Ambiente, que também discutiu o caso. A prefeitura desmerece o trabalho do conselho”, rebateu Góes.

14 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Apreensão de menores sobe 38% em 5 anos

Ritmo de crescimento de adolescentes internados é semelhante ao de adultos presos —que aumentaram 41,5% desde 2008

Levantamento mostra que roubo e tráfico são principais motivos para apreensão —e que homicídios são só 9%

JULIANA COISSI
DE SÃO PAULO

No intervalo de cinco anos, a quantidade de adolescentes brasileiros em unidades para infratores cresceu 38% —atingindo cerca de 23 mil.

A informação consta de levantamento preliminar do governo federal obtido pela Folha, com dados do final de 2013, os mais recentes. Ele revela um ritmo de apreensões de jovens semelhante ao de prisões de adultos no país.

O Brasil mantinha dois anos atrás 557 mil pessoas em presídios, um crescimento de 41,5% se comparado a 2008.

O levantamento mostra que a minoria dos adolescentes foi apreendida por crimes contra a vida, como homicídio. Roubo e tráfico lideram entre os principais motivos.

Os resultados serão divulgados neste mês pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para quem eles reforçam a oposição à ideia de baixar a maioria de 18 para 16 anos.

No final de março, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados considerou constitucional a proposta que altera a idade penal mínima. O texto deve ser estudado por uma comissão especial da Casa —se aprovado, segue ao Senado.

Na comissão, tem prevalecido a defesa de uma redução

da maioria penal específica para os crimes hediondos —como homicídio qualificado, latrocínio, estupro e extorsão mediante sequestro.

Embora não haja um recorte nacional, em São Paulo 2,56% dos menores internados foram apreendidos por atos infracionais hediondos.

TRÁFICO AVANÇA

O estudo do governo federal aponta que oito em cada dez adolescentes apreendidos têm mais de 16 anos.

Os roubos seguem liderando os motivos para a internação de jovens —respondem por 40% dos atos infracionais, média mantida desde 2002.

Mas houve um crescimento expressivo do tráfico de drogas como recrutador de adolescentes no crime.

O tráfico era em 2002 motivo de 7,5% das internações. Em 2013, esse delito representava 23,4% —segunda principal razão para as apreensões.

A influência do tráfico entre os jovens pode ser ainda maior porque, para bancar um vício, ele pode estimular outras práticas infracionais, como porte de armas e furto.

O homicídio representa 8,8% dos motivos de internação dos jovens, com 2.204 casos, dos 23,2 mil adolescentes apreendidos do país.

Estupro e latrocínio somam 3% dos casos.

CADEIAS CHEIAS

Os defensores da redução da maioria penal afirmam, por exemplo, que a medida visa coibir os jovens de praticar delitos e combater a sensação de impunidade.

Os contrários alegam, dentre outras coisas, que os adolescentes seriam inseridos mais cedo no mundo do crime, agravando a violência.

Embora sejam favoráveis a um maior tempo de internação de adolescentes no caso de crimes graves, os governos de São Paulo e Minas, Estados com a maior população de infratores do país, veem com preocupação a possibilidade de uma simples redução da maioria penal.

A mudança iria destinar para cadeias comuns, já lotadas, jovens ainda imaturos, diz Antônio Armando dos Anjos, subsecretário da Suase, órgão mineiro. “A população sente-se de forma geral insegura e, no entendimento dela, acha que tudo parte para prender. Mas prender mais não resolveu os problemas.”

“Iremos passar a Rússia e ser o terceiro país que mais prende no mundo, depois de Estados Unidos e China”, prevê Cláudio Vieira da Silva, coordenador-geral do Sinase.

“Menores que tenham cometido delito precisam se submeter a medidas socioeducativas, que nos casos mais graves já impõem privação da liberdade. Para isso, o país tem legislação avançada: o Estatuto da Criança, que sempre pode ser aperfeiçoado

DILMA ROUSSEFF

CONTINUA

14 ABR 2015

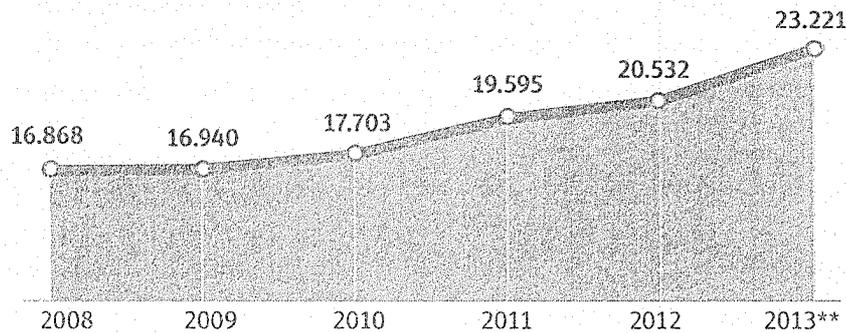
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS ADOLESCENTES INFRATORES NO PAÍS

Cresceu cerca de 38% em cinco anos o número de menores privados de liberdade*

INTERNAÇÕES DE MENORES



37,6%
é o crescimento
do número de
adolescentes
internados de
2008 para 2013

DIVISÃO POR CRIME

Roubo e tráfico foram os motivos de 63% das internações em 2013

		Proporção, em %
Roubo	10.004	40,01
Tráfico de drogas	5.886	23,46
Homicídio ***	2.204	8,81
Ameaça de morte	1.413	5,65
Furto	839	3,36
Tentativa de homicídio	747	2,99
Porte de arma de fogo	572	2,29
Latrocínio (crime hediondo)	485	1,94
Tentativa de roubo	421	1,68
Estupro (crime hediondo)	288	1,15
Outros	1.932	7,73

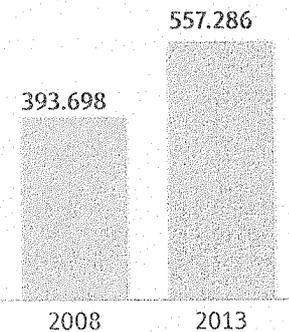
CONTINUA

14 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PRISÕES DE ADULTOS



41,5%

foi o aumento das prisões de adultos no período, semelhante ao crescimento de apreensões de adolescentes

RAIO-X DO ESTADO DE SP EM ABR.2015

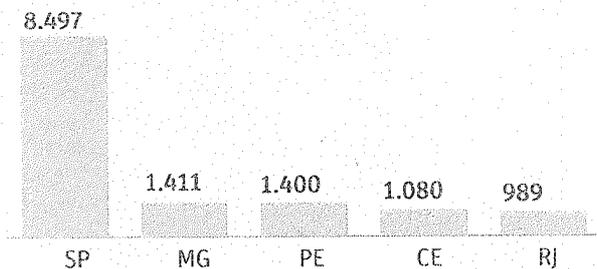
7966

são os adolescentes privados de liberdade; eram 5.529 em 2010

81,7%

desses adolescentes têm mais de 16 anos (6.514)

ADOLESCENTES INTERNADOS POR ESTADO, EM 2012



8 em 10 adolescentes internados no Brasil têm mais de 16 anos

PRÓS E CONTRAS DA REDUÇÃO

O que dizem especialistas em direito e segurança pública

A favor

- > Jovens de 16 anos já são capazes de entender e evitar condutas criminosas
- > Inibiria criminosos adultos que aliciam menores
- > Alinharia a legislação brasileira com a de países desenvolvidos, como os EUA

Contra

- > Jovens entrariam mais cedo em um sistema prisional violento, que os colocaria em contato com facções
- > Adolescentes não são os principais responsáveis por crimes graves no país
- > Redução vai contra resolução da ONU que pede proteção aos adolescentes



2002

7,5% foi o percentual de menores apreendidos por tráfico de drogas em 2002; em 2013, esse número saltou para **23,4%**



2013

*Em medida de semiliberdade, internação provisória e internação **Dados preliminares ***Balanço não separa o homicídio comum daquele considerado crime hediondo (homicídio qualificado ou de grupo de extermínio) Fontes: Sinase/Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Depen/Ministério da Justiça e Fundação Casa-SP

CONTINUA

14 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

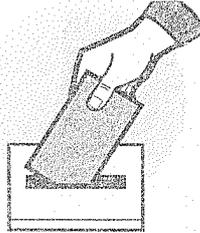
CONTINUAÇÃO

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Entenda o caminho da proposta no Congresso Nacional

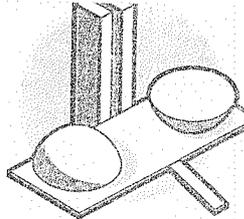
COMISSÃO

Após parecer favorável da CCJ, a Câmara criou um grupo que irá discutir a PEC por cerca de 3 meses (40 sessões) para fechar um relatório



60% DOS VOTOS

Esse texto precisa passar por duas votações no plenário da Câmara, com pelo menos 60% dos 513 deputados a favor para ser aprovado



NO SENADO

Após aprovada na Câmara, a PEC seguirá para o Senado, onde também será analisada pela CCJ e depois votada no plenário (duas sessões)



MUDOU, VOLTOU

Se o texto sofrer alteração no Senado, terá de passar por nova votação na Câmara. Se não, pode ser promulgado pelas duas Casas

14 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena ex-juiz por evasão e lavagem

Preso por vender sentenças, Rocha Mattos é acusado de enviar valores para Suíça

O ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos foi condenado pela Justiça Federal em São Paulo a 17 anos e cinco meses de prisão por lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Rocha Mattos ficou célebre ao ser preso em 2003 na Operação Anaconda — uma das maiores já feitas pela Polícia Federal —, sob a acusação de liderar esquema de venda de sentenças na Justiça Federal.

Perdeu o cargo e foi condenado a 12 anos de prisão por corrupção e formação de quadrilha. Ele ficou preso até ganhar o direito ao regime semiaberto, em 2011.

Uma ação do Ministério Público Federal que tramita desde 2011 aponta que o ex-juiz recebeu valores não justificados e os remeteu ilegalmente para uma conta na Suíça.

A Procuradoria afirma que sua ex-mulher, Norma Regina Emílio Cunha (condenada a 15 anos), e o irmão dela, Júlio César Emílio (que teve a pena revertida em prestação

de serviços e pagamento de R\$ 10 mil a uma instituição social indicada pela Justiça), ajudaram-no.

O advogado Daniel Martins Silvestri, responsável pela defesa de Rocha Mattos e de sua ex-mulher, afirmou que ainda não teve acesso à sentença, mas disse que “provavelmente” vai recorrer da decisão.

“Dezessete anos de prisão extrapola qualquer linha razoável”, afirmou Silvestri, referindo-se à pena de Rocha Mattos.

Ele e a ex-mulher poderão recorrer em liberdade. Como se trata de crimes diferentes, o ex-juiz pode voltar novamente à prisão ao final do processo.

Já em 2003, investigadores da Operação Anaconda encontraram notas de transações de Norma e Rocha Mattos no Brasil e no exterior.

Agora, inquérito sobre o caso mostra que a movimentação deles em uma conta na Suíça superou os US\$ 12 milhões (mais de R\$ 36 milhões no câmbio desta segunda).

STJ mantém pena de pilotos do Legacy que atingiu avião da Gol

DE SÃO PAULO - O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu manter a pena de três anos e um mês de prisão para os pilotos americanos Joseph Lepore e Jean Paladino. Eles conduziam o jato Legacy que se chocou com um Boeing da Gol em 2006, causando a morte de 154 pessoas. A decisão foi tomada na sexta (10), após a defesa questionar tanto a pena como o cálculo do tempo de duração. Lepore e Paladino moram atualmente nos EUA.

14 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Em SP, sem-teto fazem invasões contra 'omissão' da Justiça

Segundo movimento, que ocupou 16 imóveis da capital no domingo (12), Judiciário é conivente com despejos

Um movimento sem-teto anunciou a invasão de 16 prédios na capital paulista na noite de domingo (12).

A manifestação foi promovida pela FLM (Frente de Luta por Moradia), que contabilizou 2.000 pessoas nos atos. Metade dos imóveis divulgados pelo movimento fica no centro da cidade.

A Polícia Militar, porém, afirma ter registrado só oito invasões. Segundo militantes, uma mulher de 62 anos ficou ferida por um estilhaço de bomba jogada por PMs durante ocupação na rua José Bonifácio. A polícia, porém, não confirma o confronto.

Dois dos prédios invadidos pertencem ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral), nas ruas José Bonifácio e do Ouvidor. Segundo o tribunal, cerca de 250 integrantes do movimento ocupam as instalações, que passam por reformas para abrigar unidades do órgão.

O tribunal informou ainda que mantinha seguranças terceirizados nos locais, que oram rendidos pelos invasores. O movimento nega.

O órgão informou ainda que já está tomando as providências cabíveis para a reintegração de posse e que recebeu relatos de arrombamento de portas e destruição de câmeras de vigilância.

NOVO ALVO

Segundo a FLM, o movimento possui atualmente 44 imóveis invadidos na cidade.

Diferentemente de outros atos, a pauta da ação iniciada no domingo não está direcionada à cobrança de políticas de moradia da prefeitura e do governo estadual.

Desta vez, o movimento critica o Judiciário, por ser "conivente com de ações de despejo e com o abandono da propriedade privada", diz a socióloga Heloisa Soares, 28, coordenadora da FLM.

"Ao mesmo tempo, aprovam auxílio-moradia no valor de [cerca de] R\$ 4.300 para o Judiciário", afirma.

Questionado sobre as críticas, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) afirmou que apenas regulamentou, no ano passado, decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

Na manhã desta segunda (13), o prefeito Fernando Haddad (PT) afirmou que o momento é "tranquilo" no diálogo com os movimentos.

Em nota, no entanto, a prefeitura afirma que as ocupações "prejudicam a política habitacional do município".

FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Filantropia eleitoral

BRASILIA - O governador do Acre, Tião Viana (PT), deve contar com a boa vontade dos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Esta é a única explicação possível para a defesa que ele apresentou à corte, onde responde a inquérito por suspeita de envolvimento no petrolão.

Em ofício ao STJ, o petista disse não conhecer a empresa Iesa Óleo e Gás, responsável pela maior doação à sua campanha em 2010.

Mais do que isso: sustentou que até hoje não sabe quem são seus sócios e dirigentes, embora alguns deles estejam há cinco meses no noticiário policial da Lava Jato.

O motivo para tamanha distração? A falta de tempo para se informar sobre seus próprios financiadores, segundo a defesa que o governador enviou ao tribunal.

A Iesa é uma das fornecedoras da Petrobras mais citadas na Lava Jato. De acordo com as investigações, a empresa pagava propina ao diretor Paulo Roberto Costa para manter contratos superfaturados com a estatal. O delator envolvia uma parte do dinheiro e encaminhava a outra a políticos envolvidos no esquema.

Costa disse ao juiz Sérgio Moro que Tião Viana "solicitou e recebeu" R\$ 300 mil na campanha de 2010. A Polícia Federal vasculhou sua agenda e encontrou a anotação "0,3 Tvian". O círculo se fechou com a prestação de contas do petista, onde está registrada uma contribuição da Iesa no mesmo valor.

O governador negou que a doação esteja ligada ao petrolão, mas não soube explicá-la. Sua defesa só conseguiu produzir negativas. Alegou que ele não solicitou o repasse, que a Iesa "é sua desconhecida" e que ele "não sabe, até hoje, quem são seus sócios e dirigentes".

"O manifestante [Viana], em campanha eleitoral, não tinha tempo para identificar as pessoas doadoras", conclui a defesa do petista.

Resta uma hipótese: a Iesa era uma empresa dedicada à filantropia política, guiada pelo ditado "Fazer o bem sem olhar a quem".

14 ABR 2015

14 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ destaca importância de simplificar o processo civil

Previsto para entrar em vigor em março de 2016,
o novo CPC traz mudanças
em pontos importantes da legislação em vigor

É preciso dar uma perspectiva de simplicidade ao processo civil, capaz de facilitar a busca da verdade na aplicação do direito subjetivo. A avaliação é da ministra Nancy Andrighi, corregedora nacional de Justiça. Do contrário, sugere a magistrada, prevalece a abordagem do “estereótipo autista”, que apenas olha para dentro de si e impede que a justiça seja alcançada.

Nancy Andrighi abriu, na manhã desta segunda-feira (13), o seminário O Novo Código de Processo Civil e os Recursos no STJ. O evento, de um dia inteiro, é realizado na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília.

Previsto para entrar em vigor em março de 2016, o novo CPC traz mudanças em pontos importantes da legislação em vigor. É nesse contexto que a magistrada propõe uma reflexão sobre o uso do processo civil na atividade jurisdicional.

No entender de Nancy Andrighi, o processo civil deve ser utilizado como uma alavanca capaz de forçar a análise, discutir e decidir os fatos – e não apenas como uma ciência acorrentada em teses, que,

além de esquecer os fatos, assume uma teoria que é expressa em linguagem hermética, inacessível e pouco transparente para as partes em conflito.

“Em verdade, o que se deve inculcar na mente dos aplicadores do novo código é a permanente presença dos princípios gerais estruturantes do código, em qualquer de suas fases, porque são elas que deverão representar o desenvolvimento e a concretização do princípio constitucional do acesso à Justiça”, destacou a corregedora.

Segundo a ministra, a principal orientação do novo CPC foi no sentido de buscar eficiência. Para tanto, recorreu-se a preceitos como estabelecer, expressa e implicitamente, sintonia fina com a Constituição Federal; simplificar, solucionando problemas e reduzindo a complexidade de subsistemas, como o recursal; obter o máximo rendimento possível em cada processo; e imprimir maior grau de organicidade ao sistema, dando-lhe coesão.

“Simplicidade é a palavra-chave do novo código. E, para simplificá-lo, algumas exclusões foram feitas, como o processo

cautelar, vários procedimentos dentro do processo do conhecimento e diversos prazos recursais, entre outros”, disse Nancy Andrighi.

Especificamente quanto ao sistema recursal, a ministra observou que houve notável simplificação. Isso, entretanto, não significou diminuição de recursos, mas sim a imposição de maior rendimento a cada processo, considerado individualmente.

Conhecimento uniformizado

Além da ministra Andrighi, participaram da cerimônia de abertura a ministra Laurita Vaz, vice-presidente do STJ, o ministro Paulo de Tarso Sanseverino, coordenador científico do evento, e o deputado federal Paulo Teixeira, relator do texto do novo CPC.

Para a ministra Laurita Vaz, a iniciativa do seminário é importante porque, sempre que uma nova lei traz mudanças profundas, há um primeiro momento de apreensão no mundo jurídico com a novidade.

“Quanto maior a mudança, maior é a necessidade de debates, como o que hoje será realizado nesta corte, de modo a uniformizar o conhecimento, amenizando as dificuldades de transição”, afirmou.

14 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça condena o ex-juiz Rocha Mattos por lavagem de dinheiro

O ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos foi condenado pela Justiça Federal a 17 anos, cinco meses e sete dias de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A sentença, do início deste mês, atendeu a um pedido feito pelo Ministério Público Federal (MPF) por meio de uma ação que tramita desde 2011. Além da pena privativa de liberdade, Rocha Mattos foi condenado também ao pagamento de uma multa equivalente a 303 salários mínimos.

Segundo o MPF, o ex-juiz recebeu valores sem origem justificada e remeteu quantias, de forma ilegal, para uma conta bancária na Suíça com o auxílio de sua ex-mulher, Norma Regina Emílio Cunha e do irmão dela Júlio César Emílio, ambos também sentenciados pelo juiz federal Paulo Bueno de Azevedo. Norma foi condenada a 15 anos e dois meses de prisão e ao pagamento de 257 salários mínimos de multa. Tanto ela quanto o ex-juiz deverão cumprir pena em regime inicial fechado, mas poderão recorrer da sentença em liberdade. Júlio César Emílio, condenado a três anos e seis meses de prisão, teve a pena substituída por prestação de serviços e pagamento de R\$ 10 mil a uma instituição que for indicada pela Justiça. Ele também deverá pagar uma multa estipulada em 60 salários mínimos.

Os recursos ilegais, de acordo com o MPF, foram identificados em três ocasiões. A primeira, em 2003, quando investigadores encontraram US\$ 550,5 mil na casa de Norma e o equivalente a R\$ 790 mil em contas no Brasil e no exterior. Na segunda, após quebra

de sigilo bancário, autoridades constataram um depósito de R\$ 116 mil. Por fim, o inquérito revelou também movimentações no valor de US\$ 12 milhões em uma conta de Rocha Mattos no banco suíço BNP Paribas, sem conhecimento da Receita Federal.

Para o juiz, os réus não conseguiram comprovar a origem dos recursos. "De fato, as declarações de imposto de renda de ambos não mencionavam tais valores e, como ambos, de qualquer modo, não poderiam ter adquirido semelhante soma de forma lícita, a única origem possível de tal montante é a prática dos crimes contra a Administração Pública cometidos por João Carlos da Rocha Mattos, quando do exercício do cargo de juiz federal", escreveu o magistrado na sentença.

O procurador da República Rodrigo de Grandis, responsável pela ação, recorreu da sentença para que a pena dos réus seja aumentada.

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

MP denuncia 62

por esquema na

Receita Estadual

Entre os denunciados estão 15 funcionários do órgão. Operação identificou pelo menos 70 fatos criminosos

LONDRINA

Da Redação do Jornal de Londrina

Sessenta e duas pessoas suspeitas de participar do esquema de corrupção na Receita Estadual em Londrina foram denunciadas nesta segunda-feira (13) pelo Ministério Público (MP) à Justiça. Entre os denunciados estão 15 funcionários da Receita — 11 permanecem presos em Londrina. Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, Cláudio Esteves, a Operação Publicano identificou pelo menos 70 fatos criminosos praticados pelo grupo de auditores fiscais e empresários.

Entre os crimes estão corrupção passiva, formação de organização criminosa, falso testemunho, falsidade ideológica e violação de sigilo funcional. Segundo Esteves, esse número não representa “a maioria dos fatos que ainda depen-

dem de apuração”.

De acordo com ele, os auditores denunciados abordavam representantes de empresas “com a finalidade de solicitar uma vantagem indevida para que não fosse feita uma fiscalização correta ou então oferecendo os préstimos no sentido de dar proteção para eventual sonegação dessas empresas”. O promotor acrescentou ainda que, “em virtude da sonegação que era perpetrada com a proteção do grupo, havia pagamento de propinas”.

Lavagem de dinheiro

O Gaeco ainda não tem o levantamento do volume de propina supostamente recebido pelos auditores. Também não há uma confirmação de quanto o estado deixou de arrecadar. As investigações ainda apuram como o dinheiro da propina era “lavado” pelos auditores.

“Em regra, temos abertura de empresas em nome de laranjas. Elas eram usadas para trânsito de valores, lavagem de dinheiro — que ainda tem que ser apurada —, e também emissão de notas fiscais fraudulentas que representavam um ganho de crédito de ICMS fraudulento, que implicava na própria sonegação, e em decorrência disso era cobrado um valor como propina.” O papel das

pessoas no crime de lavagem de dinheiro é alvo de uma segunda investigação.

Multas milionárias

O promotor informou que empresários que não aceitaram o acordo de corrupção sofreram autuações milionárias. “Em alguns casos, possivelmente temos autuações que excedem os limites legais.” Esteves citou o exemplo de um empresário que foi autuado em cerca de R\$ 4 milhões por não ter feito acordo.

“Depois, em sua defesa administrativa, ele baixou essa atuação para R\$ 70 mil. Então, esse é um indicativo claro de que houve uma autuação fiscal em excesso e nós temos firme crença de que se trata de uma represália por não ter feito o acordo com aquele grupo que estava solicitando a vantagem.”

Denunciado

Entre os denunciados está Márcio de Albuquerque Lima, ex-inspetor geral de fiscalização da Receita, que está foragido há 24 dias. Ele é considerado um dos cabeças do grupo e foi companheiro do governador Beto Richa em provas de automobilismo. O advogado de Lima, Douglas Maranhão, preferiu não comentar a denúncia contra seu cliente.

CONTINUA

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESQUEMA

Para garantir a sonegação de impostos estaduais mediante o pagamento de propina, os investigados no esquema teriam criado empresas fantasmas, segundo o Ministério Público. Estas empresas teriam simulado transações comerciais para gerar créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Acompanhe:

Como funciona o ICMS



O ICMS é cobrado dentro da cadeia produtiva, mas a cobrança não pode ser cumulativa. Da indústria, passando pelo atacadista e o varejista, cada agente econômico vai aplicando a sua taxa de lucro. E o imposto é cobrado sobre o valor agregado em toda a cadeia. Por isso são feitas compensações para que ninguém pague imposto a mais.

Esquema de fraude

Como funcionaria o suposto esquema de fraude na Receita Estadual de Londrina:

A COMPRA DA NOTA



Uma empresa de fachada simulava uma venda de R\$ 100 para a empresa X. Não existia mercadoria, e o imposto sobre a transação não era pago. A alíquota sobre o produto da empresa de fachada é de 18%, o que gera um crédito tributário de R\$ 18 sem que o governo tenha recebido o imposto. Esse crédito era usado no futuro pela empresa X, para abater o imposto sobre vendas que realmente foram feitas. Os R\$ 100 da nota saíam do caixa da empresa X para a empresa de fachada.

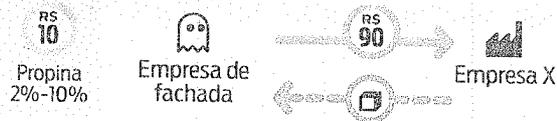
CONTINUA

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

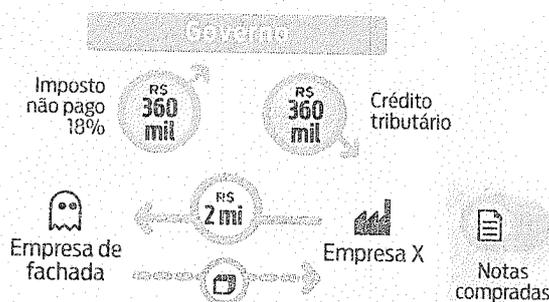
A OPERAÇÃO FINANCEIRA



Para devolver parte do dinheiro para a empresa X, a empresa de fachada simulava uma segunda operação. Dessa vez a empresa de fachada simulava compra de sucata, uma operação não tributada. A venda seria, por exemplo, no valor de R\$ 90. A empresa de fachada fazia o pagamento à empresa X. A diferença de R\$ 10 a favor da empresa de fachada nas duas operações seria o pagamento da propina em troca da nota. Segundo os depoimentos prestados até aqui, a propina poderia variar de 2% a 10% do valor da nota.

CASO CONCRETO

Em valores mensais



Em um dos casos investigados pelo Gaeco, a empresa de fachada teria exigido da empresa achacada a compra de R\$ 2 milhões em notas fiscais por mês. Com a alíquota de 18% de ICMS sobre a atividade em que a empresa de fachada está inscrita, essa transação gera R\$ 360 mil por mês em créditos de ICMS para a empresa compradora das notas fiscais. São R\$ 4,32 milhões que o estado deixa arrecadar por ano. Isso em um único caso.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

Propina chegou a R\$ 600 mil, diz Gaeco

As propinas supostamente recebidas por auditores da Receita Estadual denunciados por participação em um esquema de corrupção chegaram aos R\$ 600 mil. A informação é do promotor Cláudio Esteves, que afirma que as investigações apontam também para propinas de R\$ 200 mil

que se repetiam. “Ainda não temos o valor total do que foi recebido [pelos auditores] ao longo dos anos, mas certamente é uma quantia vultuosa.”

O promotor pontua que ainda há muito a ser apurado, mas as investigações apontam que os servidores suspeitos de participar no esquema ti-

veram uma evolução patrimonial em desconformidade com seus próprios salários – que variam entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil. “Isso é um indicativo de que houve um recebimento acentuado de pagamento de propinas.”

Represália

Segundo o promotor, as investigações indicam que os empresários que não realizavam o pagamento de propina sofreram autuações que excediam os limites legais. (JL)

NOS ÚLTIMOS DIAS

Mais de 20 auditores pedem aposentadoria

Em meio a investigações, o quadro de servidores da Receita Estadual de Londrina deve sofrer ainda mais baixas. Dos 135 auditores lotados na regional, mais de 20 protocolaram pedido de aposentadoria nos últimos dias, revelou o delegado da Receita Marcelo Müller Melle. Segundo o delegado, os pedidos de aposentadoria não têm nenhuma relação direta com as investigações do Gaeco. “Os mais

novos têm mais de 20 anos de casa, foram aprovados em concurso realizado em 1993. Como os servidores entram em grupos, após processo seletivo, é natural que haja diversos pedidos de aposentadoria ao mesmo tempo, pois todos atingem o tempo de serviço ao mesmo tempo”, diz. Em todo o Paraná, devem ser aposentados cerca de 300 servidores. Porém, mesmo com estas baixas, o serviço não deve ser afetado. É o que garante Melle, já que a Receita está – nas palavras do delegado – em um processo de reconstrução.

CONTINUA

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Delegado da Receita diz que provas são tabelas do Refis

Documentos apreendidos junto à Receita Estadual nas investigações e apontados como prova de cobrança de propina por parte dos auditores seriam, na verdade, tabelas de descontos legais de multas e juros oferecidos pelo governo. É o que alega o delegado da regional da Receita em Londrina, Marcelo Müller Melle.

Segundo ele, as buscas de documentos na sede do órgão estavam apoiadas em uma decisão judicial. No mandado, o magistrado teria baseado a justificativa em listas de documentos que apontariam um abatimento de até 95% nos impostos — desconto este supostamente oferecido pelos auditores como forma de evitar a arrecadação de tributos e oferecera possibilidade de pagamento de valores menores do que os devidos na forma de propina.

“Em novembro e dezembro do ano passado houve um programa de recuperação fiscal da receita, o Refis. Nessas tabelas estava discriminada a dívida total, o valor de multas e juros que poderiam ser descontados, e o valor líquido possível de ser arrecadado. Esse Refis permitia um desconto de até 95% sim, mas só em relação a multas, juros e atualizações de valores.”

Segundo Melle, no Refis todas as empresas com dívida ativa em impostos como ICMS e IPVA receberam contato dos auditores para quitar atrasados.

Melle confirmou que enviou ao Gaeco informações sobre as planilhas, para “evitar dúvidas”. “O juiz que autorizou as buscas deliberou sobre um portfólio de ofertas de descontos indevidos das dívidas das empresas, mas na verdade era apenas uma planilha de trabalho do programa de descontos de multas e juros autorizado pela Assembleia Legislativa.”

O promotor Renato de Lima Castro disse que tais planilhas fazem parte de indícios apontados no início das investigações. “Nosso trabalho vem sendo feito com base em diversas provas fortes de ilicitude, e essas tabelas eram apenas um pequeno indício, apontado ainda na inicial do processo.”

ENTENDA O CASO

Saiba mais sobre a
Operação Publicano:
O SIGNIFICADO DO NOME

Na Bíblia, os publicanos eram os responsáveis pela arrecadação de impostos e tributos no Império Romano. Com o passar do tempo, o termo publicano passou a designar cobradores ilegais que, usando o poder a eles conferido, enriquecem de forma ilícita.

OBJETO

Rede de propina envolvendo fiscais e funcionários da Receita Estadual de Londrina e do alto escalão do órgão em Curitiba, apontados por enriquecimento ilícito pelo Ministério Público. Segundo as apurações, empresários confessaram pagamentos de até R\$ 200 mil em subornos para bloquear cobranças milionárias em impostos, como o ICMS.

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Apoio a Fachin

A possibilidade de o professor e advogado paranaense Luiz Edson Fachin assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) vem sendo discutida há tempos. Agora, na semana que pode ser decisiva para indicação, Fachin ganhou o apoio do prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT). "Precisamos de pessoas que tenham forte formação jurídica aliada à trajetória acadêmica. O Fachin tem este perfil", afirmou o prefeito.

Sobindo...

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) corrigiu o ranking que avalia os tribunais do país de acordo com a tecnologia disponível. Se em 2014 o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE) aparecia em último lugar, de acordo com a pesquisa de Portes e de Governança de Tecnologia da Informação, apresentando um nível crítico de tecnologia, desta vez aparece na quarta posição entre os 27 tribunais eleitorais do país. Um salto considerável, passando para a condição de tecnologia "satisfatória".

COLUNA DO LEITOR

LavaJato 1

Num claro desafio ao ex-ministro Joaquim Barbosa, então presidente do STF, que estava sentado ao seu lado numa solenidade no Congresso, o então deputado André Vargas ergueu o punho fechado em solidariedade aos mensaleiros condenados. O fato ocorreu no início de 2014. A Justiça tarda, mas não falha. Se não por aquele motivo, agora foi preso em nova fase da Lavo Jato.

José Marques, São Paulo - SP

LavaJato 2

Apontado como principal operador do PT na Lava Jato, o tesoureiro João Vaccari Neto foi à CPI da Petrobras orientado por seus defensores e membros do partido e fez o possível para sair-se razoavelmente bem no interrogatório. Levou até planilhas com dados de doações das empreiteiras envolvidas a legendas da oposição. Há que se dizer, todavia, que se está investigando as circunstâncias em que a doação se fez. Vaccari admitiu que foi a uma "reunião" marcada no escritório de Alberto Yousseff e para a qual o doleiro, todavia, não teria comparecido, frustrando o encontro. Que história mal contada.

Silvio Natal, São Paulo - SP

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Conselho pede documentos no caso de Justus

Na segunda reunião para analisar a situação envolvendo o deputado Nelson Justus (DEM), a portas fechadas, o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa decidiu realizar diligências a respeito do caso. A única informação divulgada foi que se trata de um pedido de acesso a mais documentos, além das 43 mil páginas da denúncia criminal oferecida contra o parlamentar ao Judiciário pelo Ministério Público. Assim que o Conselho entender que não são necessárias mais diligências, o relator do processo, Missionário Ricardo Arruda (PSC), terá cinco sessões plenárias para apresentar o parecer.

Arruda tem em mãos a defesa de Justus desde a semana passada. Por ora, no entanto, ele afirma estar se concentrando na análise da denúncia do MP. O parlamentar revelou já ter feito contato com o desembargador Guilherme Freire Teixeira, relator do caso no Tribunal de Justiça (TJ). Em fevereiro, o magistrado negou o afastamento liminar de Justus, até que o TJ decida se aceita ou não a denúncia.

Assim que foi escolhido para a relatoria, Arruda deu indícios de que deve absolver o colega, com base justamente na decisão liminar do desembargador. (ELG)

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Ex-juiz acusado de venda de sentenças é condenado a 17 anos de prisão

SÃO PAULO
Folhapress

O ex-juiz João Carlos da Rocha Mattos foi condenado pela Justiça Federal em São Paulo a 17 anos e cinco meses de prisão por lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Ele ficou célebre por ser preso em 2003 na Operação Anaconda, sob acusação de liderar um esquema de venda de sentenças. Perdeu o cargo e foi condenado a 12 anos de prisão por corrupção e formação de quadrilha. Ficou preso até ganhar o direito ao regime semi-aberto, em 2011.

A ação do Ministério Público Federal em São Paulo, que tramita na Justiça desde 2011, aponta que o ex-juiz recebeu valores não justificados e remeteu ilegalmente quantias para uma conta bancária na Suíça. A Procuradoria afirma que sua ex-mulher, Norma Regina Emilio Cunha, e o irmão dela, Júlio César Emilio, ambos também

sentenciados, o ajudaram.

A reportagem não recebeu resposta da defesa dos condenados até o fechamento desta edição.

Investigação

De acordo com a Procuradoria, os recursos foram identificados em três ocasiões. Em 2003, os investigadores da Operação Anaconda encontraram US\$ 550,5 mil na casa de Norma e o equivalente a R\$ 790 mil em contas no Brasil e no exterior. Após ela ter o sigilo bancário quebrado, foi encontrado um depósito de R\$ 116 mil de uma companhia que tinha relações com um empresário absolvido em 2000 pelo então juiz federal em um processo por crimes contra o sistema financeiro.

O inquérito revelou que o a movimentação financeira passou de US\$ 12 milhões em uma conta na Suíça vinculada a Norma e Rocha Mattos.

“As remessas de dinheiro foram feitas sem conhecimento do fisco nem autorização. Diante da falta de comprovação sobre a origem dos recursos, o juiz federal Paulo Bueno de Azevedo, autor da sentença, destacou existirem provas suficientes de que os réus cometeram a lavagem de ativos ao enviarem as quantias para o exterior”, afirmou o Ministério Público Federal.

14 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Polícia prende 41 suspeitos de fraudar DPVAT em R\$28 mi

▀ A Polícia Federal prendeu, até o fim da tarde de segunda-feira (13), 41 pessoas sob suspeita de envolvimento com uma quadrilha que fraudou R\$ 28 milhões do DPVAT (seguro obrigatório). Entre os detidos estão policiais civis e militares, profissionais da saúde e agentes de seguros.

A PF não informou onde aconteceram as prisões, mas a operação, chamada "Tempo de Despertar", ocorreu de forma simultânea em Goiás, Espírito Santo, Bahia, Brasília e Minas Gerais. Além dos mandados de prisão, também foram expedidos sete para conduções coercitivas (quando o investigado é obrigado a prestar depoimento) e 61 de busca e apreensão.

Segundo a polícia, o grupo se utilizava de vários métodos para fraudar o seguro DPVAT, como falsificar assinaturas em procurações e declarações de residência falsas, além de ajuizamentos, de forma simultânea, em comarcas distintas, sem relação com o local do acidente e sem que as vítimas tivessem conhecimento do ajuizamento da ação.

Os suspeitos poderão responder judicialmente pelos crimes de formação de quadrilha, estelionato, falsificação e uso de documentos públicos, corrupção ativa e passiva e facilitação ou permissão de senhas de acesso restrito a terceiros.

14 ABR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

62 ACUSADOS

POR PROPINA

MP denuncia envolvidos em esquema na Receita Estadual que achacava empresários

Amanda De Santa

Sessenta e duas pessoas suspeitas de participar do esquema de corrupção na Receita Estadual em Londrina foram denunciadas à Justiça pelo Ministério Público. Entre elas estão 15 funcionários da Receita Estadual - 11 permanecem presos em Londrina.

Segundo o coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Cláudio Esteves, a Operação Publicano identificou pelo menos 70 fatos criminosos praticados pelo grupo de auditores fiscais e empresários. Entre os crimes estão corrupção passiva, formação de organização criminosa, falso testemunho, falsidade ideológica, violação de sigilo funcional.

PROPINA

Segundo Cláudio Esteves, os auditores denunciados abordavam representantes de empresas "com a finalidade de solicitar uma vantagem indevida para que não fosse feita uma fiscalização correta ou então oferecendo os préstimos no sentido de dar proteção para eventual sonegação dessas empresas". O promotor acrescentou ainda que, "em virtude da sonegação que era perpetrada com a proteção do grupo, havia pagamento de propinas".

LAVAGEM DE DINHEIRO

O Gaeco ainda não tem o levantamento do volume de propina recebido pelos auditores. Também não há uma confirmação de quanto o estado deixou de arrecadar com a sonegação fiscal. As investigações ainda apuram como o dinheiro da propina era "lavado" pelos auditores.

"Em regra, temos abertura de empresas em nome de laranjas. Elas eram usadas para trânsito de valores, lavagem de dinheiro - que ainda tem que ser apurada -, e também emissão de notas fiscais fraudulentas que representavam um ganho de crédito de ICMS fraudulento, que implicava na própria sonegação, e em decorrência disso era cobrado um valor como propina." O papel das pessoas no crime de lavagem de dinheiro é alvo de uma segunda investigação.

O promotor informou que empresários que não aceitaram o acordo de corrupção sofreram autuações milionárias. "Em alguns casos, possivelmente temos autuações que excedem os limites legais. Pode ter havido uma represália realmente em virtude da não realização do acordo."